

TRABALHO IMATERIAL E FETICHISMO

Eleutério F. S. Prado¹

Além ou Aquém de Marx?

No livro *Império*, Hardt e Negri definem trabalho imaterial como trabalho que produz, entre outras coisas, mas de uma maneira especial, serviços:

"Como a produção de serviços não resulta em bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção como trabalho imaterial – ou seja, trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação" (Hardt e Negri, 2001, p. 311).

Em consequência, de modo preliminar, deve ficar claro que esses dois autores, ao empregarem o termo trabalho imaterial, estão se referindo ao trabalho que produz bens ou utilidades – e não ao trabalho abstrato, no sentido de Marx, que é a substância do valor. Obscuras permanecem ainda, porém, as razões e as consequências dessa opção teórica.

Em *O Capital*, esse último autor menciona uma certa preferência encontrada em textos econômicos por tratar da produtividade do trabalho no modo de produção capitalista fazendo referência ao conteúdo material do trabalho. Hardt e Negri atribuem uma enorme importância ao que chamam de trabalho imaterial. Por isso, crêem importante fazer diferença entre trabalho que produz coisa útil e trabalho que gera imediatamente serviço útil. É preciso notar, entretanto, que essa diferença é ambígua. Pode ser surpreendente, mas Marx mostra precisamente em que consiste essa ambigüidade:

"Serviço não é, em geral, senão uma expressão para o valor de uso particular [gerado] do trabalho, na medida em que este [valor de uso] não é útil como coisa, mas como atividade." (Marx, 1978, p. 78).

Algumas exemplificações contribuem para que se possa entender o que está dito nessa sentença. Um consumidor que adquire uma calça compra uma coisa que lhe cobre certas partes do corpo ou paga o serviço particular de um alfaiate? A resposta se encontra no próprio Marx: é indiferente para o consumidor comprar tecido e contratar um alfaiate para que este faça o serviço ou adquirir a calça pronta numa alfaiataria. Num caso, o serviço é visível para o consumidor, no outro ele está implícito na mercadoria pronta. O doente que adquire os serviços de um médico, não está comprando também um corpo sadio que o médico, direta ou indiretamente, ajuda a produzir? O resultado do trabalho se configura sempre, simultaneamente, como atividade ou serviço útil e como coisa ou produto útil, por mais que essa coisa ou produto não possa ser separado materialmente do consumidor e do consumo.

¹ Professor da USP. E-mail: eleuter@usp.br

Entretanto, Hardt e Negri empregam o termo serviço de um modo mais restritivo, designando com ele o resultado do trabalho quando este produz uma coisa útil que é imediatamente consumida, quando não há, pois, separação temporal entre a produção e o consumo. Nesse sentido, por exemplo, corte de cabelo e música ao piano devem ser considerados serviços (e não bens) e programa de computador e calça são tratados como bens (e não serviços)². Note-se, entretanto, que essa restrição classificatória não resolve o problema da ambigüidade antes apontada, pois ela se baseia no seguinte: se o consumo for imediato, ela foca na atividade e, se o consumo for mediato, ela foca na coisa produzida. Ademais, essa classificação não é relevante para determinar a natureza do trabalho mesmo na perspectiva desses autores. Assim, não tem sentido dizer, por exemplo, que o trabalho de cabeleireiro é imaterial e que o trabalho de alfaiate é material, como também não tem sentido afirmar que o trabalho de programador é material e que o trabalho de músico é imaterial. Tudo isso torna suspeita a noção de trabalho imaterial tal como concebida por Hardt e Negri. A natureza da coisa, se ela é meramente artificial (como nos casos da calça e do corte de cabelo) ou, mais do que isso, se ela é espiritual (como nos casos da música e do programa de computador), é irrelevante na caracterização da mercadoria como tal – pois mercadoria é uma forma do produto do trabalho.

A distinção entre trabalho meramente produtor de artefatos e trabalho espiritual, entretanto, é importante para entender uma falha de coerência que surge na expressão da contradição interna entre valor de uso e valor por meio da contradição externa entre valor de uso e valor de troca. O valor é sempre um quantum de tempo de trabalho abstrato; a forma do valor ou valor de troca estabelece uma relação de medida entre valores de uso distintos. Essa relação, pois, tem de estar fundada no tempo de trabalho. Em consequência, toda riqueza no modo de produção capitalista, ou seja, toda mercadoria, tem em princípio de poder ser medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Entretanto, quando o trabalho é de natureza espiritual, intelectual, moral ou artística, do processo de trabalho e do processo de produção resultam valores de uso que não podem ser medidos, para efeito de troca, apenas com base no tempo de trabalho necessário para produzi-los – pois os valores de troca dependerão também dos diferenciais de qualidade postos pelo trabalho durante o tempo de trabalho. Ora, isto não se constitui em boa razão nem para rejeitar o trabalho como categoria sociológica chave³ (Offe, 1985) nem para revisar a teoria do valor de Marx, com será visto.

Hardt e Negri consideram o trabalho não só como trabalho concreto, mas também como trabalho abstrato:

"Da perspectiva de Marx no século XIX, as práticas concretas de diversas atividades laborais eram radicalmente heterogêneas: as artes da costura e da tecelagem envolviam ações concretas incomensuráveis. Só quando abstraídas de suas práticas concretas, as atividades laborais poderiam ser reunidas e vistas de maneira homogênea, não mais como arte de costura e arte da tecelagem, mas como gasto de força humana de trabalho, como trabalho abstrato" (Hardt e Negri, 2001, p. 313).

² Os economistas designam por “serviços” os serviços diretamente consumidos e por “bens” os serviços consumidos indiretamente, por meio da mediação de coisas.

³ A posição do trabalho como atividade central é inerente ao capitalismo. Ao se observar, principalmente nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas, um deslocamento do foco das preocupações do trabalho para o não-trabalho, isto anuncia, no nível das condições subjetivas, a necessidade e a possibilidade do socialismo.

Note-se, entretanto, que o conceito de trabalho abstrato de Hardt e Negri não é o de Marx. Antes de tudo, por que trabalho abstrato em Marx não é trabalho em geral, ou seja, o gênero de muitos trabalhos concretos, mas trabalhos concretos reduzidos a trabalho abstrato. Hardt e Negri tratam o trabalho abstrato no registro da abstração subjetiva, portanto, como gênero: "*só quando abstraídas ..., as atividades laborais poderiam ser reunidas e vistas...*". Mas, de um modo amplo, qual seria a qualidade comum que define tal gênero? Eles o dizem: o gasto de força humana. Ao passo que Marx o faz no registro da abstração objetiva: "*um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato*" (Marx, 1983a, p. 47).

Para Marx, como corolário, os diversos trabalhos humanos enquanto trabalhos concretos mantêm-se incomensuráveis entre si na prática social; ademais, eles originam valores de uso diversos que também, enquanto tais, mantêm-se incomensuráveis entre si. Por outro lado, esses últimos são comensurados pela mediação dos valores de troca ou dos preços. Ora, isto só é possível porque os trabalhos humanos que produzem valores de uso como mercadorias se encontram objetivamente comensurados no processo social. Pois aí é constantemente reduzido, de um modo cego, "*por trás das costas dos produtores*", à trabalho humano abstrato. É no universo das empresas capitalistas que os diferentes trabalhos são tratados como "*gelatina de trabalho humano*"; aí quantidades heterogêneas de trabalho são somadas e subtraídas umas das outras como quantidades homogêneas. Em conseqüência, Marx trata o trabalho no modo de produção capitalista como duplicidade coexistente e antitética: trabalho concreto e trabalho abstrato. É bem sabido, ademais, que o gasto de força humana é para Marx apenas a base natural do trabalho abstrato e não o seu conteúdo que é social.

É preciso registrar, agora, porque caracterizam assim o trabalho, de modo divergente com o de Marx. Trata-se para eles de construir uma noção de trabalho adequada ao entendimento de uma mutação recente na história do capitalismo.

"A característica fundamental do novo modo de produção parece consistir no fato de que a principal força produtiva vem a ser o trabalho técnico e científico, na medida mesmo em que é uma forma mais compreensiva e qualitativamente superior de trabalho social. Em outras palavras, o trabalho vivo se manifesta acima de tudo como trabalho abstrato e imaterial (com relação à qualidade), como trabalho complexo e cooperativo (com relação à quantidade) e como trabalho continuamente mais científico e mais intelectual (com relação à forma). (Hardt e Negri, 1994, p. 279).

Ora, o sentido da caracterização do trabalho nesse trecho depende da compreensão do trabalho abstrato como gênero, ou seja, como dispêndio de energia humana. O empenho de corpos, músculos, cérebros, etc., ganhou historicamente uma qualidade especial que o faz ter uma dimensão técnica e científica. É imaterial porque produz serviços e não bens. É abstrato porque vem a ser bem genérico, aplicável em muitas situações. É complexo porque requer muitas qualificações. É cooperativo porque exige sempre muitas interações. É intelectual porque depende especialmente da capacidade de raciocínio do cérebro humano.

Já foi visto que a noção de trabalho imaterial é equivocada. Mas não se examinou ainda a origem do problema, ou seja, por que afinal esses dois autores centram a caracterização do modo

de produção capitalista recente no caráter concreto do trabalho? É evidente que assim podem falar de produtividade do trabalho de um modo que consideram conveniente para renovar a crítica do capitalismo. Mas por que esse modo vem a ser um problema? Ora, a resposta para essa questão se encontra de forma explícita no velho Marx, cujo espectro continua assombrando marxistas influenciados pelo pós-estruturalismo, como Hardt e Negri.

"A mania de definir o trabalho produtivo e o improdutivo por seu conteúdo material origina-se ... da concepção fetichista, peculiar ao modo de produção capitalista, e derivada de sua essência, que considera as determinações formais econômicas, tais como ser mercadoria, ser trabalho produtivo, etc., como qualidade inerente em si mesma aos depositários materiais dessas determinações formais ou categorias" (Marx, 1978, p. 78).

Dito de outro modo, não se pode discutir a questão da produtividade do trabalho no capitalismo sem distinguir as formas que assumem as relações sociais que lhe são inerentes – relações estas que se dão por meio das coisas – das próprias coisas que não são mais, nas palavras de Marx, do que depositários materiais das determinações formais. O fetichismo em que caem Hardt e Negri consiste em que raciocinam sobre o caráter da produtividade do trabalho focando o resultado material do processo de produção. Como se sabe, segundo *O Capital*, a condição necessária para que o trabalho seja produtivo no capitalismo é que ele produza valores de uso que tenham mercado, mas esta não é uma condição suficiente, pois é preciso, também, que ele produza mais-valia para o capital. Pouco importa aqui se o valor gerado está cristalizado em produtos nascidos em oficinas de alfaiataria ou em empresas de programação.

Ora, tudo isto não faz mais sentido depois que o trabalho abstrato foi definido como gênero: "... com efeito" – diz Negri – "*trabalho produtivo não é mais 'o que diretamente produz capital', mas o que reproduz a sociedade – desse ponto de vista, a separação do trabalho improdutivo está completamente deslocada*", ou seja, de algum modo, toda e qualquer atividade que reproduz o mundo social existente é produtiva (Negri, 1996, p. 157). Para eles, trata-se de determinar o caráter especificamente criador e criativo do trabalho em geral, com base em uma renovação das análises de Marx que pretende ter superado as suas limitações, com o objetivo de compreender o capitalismo contemporâneo. A sua teoria do valor conteria "*fraquezas, ambigüidades, furos fenomenológicos e plasticidade limitada*" por ter sido formulada no século XIX, tendo como referência o período manufatureiro, durante a primeira revolução industrial. Como base nesse diagnóstico, sugerem, então, que o valor, rigorosamente, não pode ser pensado como medida. De uma perspectiva pós-moderna, eles vem dizer, por isso, que há uma crise na lei do valor, já que "*... hoje o valor não pode ser reduzido a uma medida objetiva*" (Negri, 1996, p. 151). A crítica procede como se o valor não fosse em Marx medida que tende constantemente à desmedida!⁴

⁴ Em Hegel, a medida é unidade da qualidade e da quantidade; ao variar o quantum, muda a qualidade, altera-se a medida: "*o desmesurado é primeiramente este andar de uma medida por meio de sua natureza quantitativa, mas além de sua determinação qualitativa. ... [andar que] pode ser representado como progresso infinito, como o suprimir e o restaurar da medida no desmesurado*" (Hegel, 1974, p. 91). A mudança da qualidade conforme se altera o quantum, entretanto, a partir de certo ponto, pode gerar uma medida distorcida, imprópria e arbitrária, ou seja, uma regra desregrada.

Ora, o que importa acentuar aqui vem a ser que tratam o trabalho apenas como trabalho em geral (concreto ou ainda mais geral), caindo, assim, em concepções fetichistas.

Aquém e Além: História

Eis que esse modo de pensar o trabalho permite dividir a história do capitalismo em períodos a partir de uma classificação do próprio trabalho concreto e de seus produtos característicos:

"Já se tornou comum ver a sucessão de paradigmas econômicos desde a Idade Média em três momentos distintos, cada qual definido pelo setor dominante da economia: um primeiro paradigma no qual a agricultura e a extração de matérias-primas dominaram a economia; um segundo no qual a indústria e a fabricação de bens duráveis ocuparam posição privilegiada; e um terceiro – e atual – paradigma, no qual a oferta de serviços e o manuseio de informações estão no coração da produção econômica. A posição dominante passou, portanto, da produção primária para a secundária e para a terciária. A modernização econômica envolve a passagem do primeiro paradigma para o segundo, da preponderância da agricultura para a da indústria. Modernização significa industrialização. Podemos chamar a transição do segundo paradigma para o terceiro, da dominação da indústria para a dominação dos serviços e da informação, de processo de pós-modernização econômica, ou melhor, de informatização." (Hardt e Negri, 2001, p. 300-301)

O trecho citado é algo extenso, mas ele mostra de início duas coisas bem simples: primeiro, Hardt e Negri periodizam a história da produção capitalista com base numa caracterização do trabalho produtor de valores de uso (trabalho que produz produtos naturais, trabalho que produz produtos industriais e trabalho que produz serviços); segundo, o período recente é entendido como aquele em que vem dominar a produção de serviços, ou seja, em que o trabalho é dito imaterial. O que não aparece de imediato aí, entretanto, é que essa caracterização visa apresentar a predominância de distintas configurações de relações de poder na história da produção capitalista. E isto é central para Hardt e Negri.

Logo, mesmo se a noção de trabalho imaterial for enganosa, mesmo se a caracterização das épocas por meio do trabalho concreto for equívoca, ainda assim é preciso examinar as estruturas de poder cristalizadas na organização do trabalho ao longo da história do capitalismo. Eles se concentram em examiná-las no que denominam segundo e terceiro "paradigmas", aos quais aqui serão referidos como modo de produção da grande indústria e modo de produção da pós-grande indústria.

Hardt e Negri, a partir de Foucault, recobrem esses dois modos de produção com os conceitos de sociedade disciplinar e sociedade do controle, respectivamente. Sociedade disciplinar vem a ser:

"... é aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas. Consegue-se pôr para funcionar essa sociedade, e assegurar obediência a

suas regras e mecanismos de inclusão e/ou exclusão, por meio de instituições disciplinares (a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a universidade, a escola e assim por diante) que estruturam o terreno social e fornecem explicações lógicas adequadas para a "razão" da disciplina."

Sociedade de controle, por outro lado, é:

"...aquela (que se desenvolve nos limites da modernidade e se abre para a pós-modernidade) na qual mecanismo de comando se tornam cada vez mais "democráticos", cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos. Os comportamentos de integração social e de exclusão próprios do mando são, assim, cada vez mais interiorizados nos próprios súditos. O poder agora é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro (em sistemas de comunicação, redes de informação, etc.) no objetivo de um estado de alienação independente do sentido da vida e do desejo de criatividade." (Hardt e Negri, 2001, p. 42).

Ora, por mais interessante que seja toda essa caracterização, da qual emergem duas formas sociais de estruturação do poder no capitalismo, ela permanece externa à produção. Ademais, essa caracterização não consegue mostrar os processos de gênese dessas formas, primeiro, de uma forma anterior para a sociedade disciplinar e, depois, desta última para a sociedade do controle. Por força de consequência não permitem também prefigurar a forma social que as substituirão historicamente. Hardt e Negri atribuem esses defeitos ao estruturalismo de Foucault, *"um método que efetivamente sacrifica a dinâmica do sistema, a temporalidade criativa de seus movimentos, e a substância ontológica de reprodução cultural e política"* (Hardt e Negri, 2001, p. 47). Em consequência, para eles, Foucault não consegue apreender o movimento histórico das relações sociais no capitalismo. É por isso que se atém à produção.

Antes disso, note-se que Foucault foi cobrado por fazer um tipo de crítica social, baseado na descoberta das injunções do poder, que não pode justificar os seus fundamentos normativos (Habermas, 2002, p. 387). Nessa aporia não caem aparentemente Hardt e Negri já que procuram permanecer no horizonte da teoria do valor de Marx. O princípio normativo contido nessa última, como se sabe, é interno ao próprio de modo de produção capitalista, mas será possível perceber que o mesmo não ocorre com aquele implícito na reformulação de Hardt e Negri.

Para reenviar a análise de Foucault para a esfera da produção, esses dois autores recorrem a marxistas italianos, conhecidos pelo nome de operaístas, que pensaram o capitalismo atual a partir dos conceitos de "intelectualidade de massa" e "intelecto geral". Como esse último conceito se encontra no *Borrador* de Marx, isto autoriza e requer uma volta ao próprio Marx, com o objetivo de verificar se toda essa nova teoria se mantém intacta e se, assim, os mil platôs do *Império* permanecem sólidos, ou, contrariamente, se eles ficam abalados. Se este último for o caso, terão esses dois autores direito ao reconhecimento como renovadores do pensamento crítico contemporâneo?

Antes disso, é preciso observar uma consequência importante dos desenvolvimentos teóricos de Hardt e Negri:

"... em cada forma de trabalho imaterial a cooperação é totalmente inerente ao trabalho. O trabalho imaterial envolve de imediato a interação e a cooperação sociais. Em outras palavras, o aspecto cooperativo do trabalho imaterial não é imposto e organizado de fora, como ocorria em formas anteriores de trabalho, mas a cooperação é totalmente imanente à própria atividade laboral. Esse fato põe em questão a velha noção (comum à economia clássica e à economia política marxista) segundo a qual a força de trabalho é concebida como "capital variável", isto é, uma força ativada e tornada coerente apenas pelo capital, porque os poderes cooperativos da força de trabalho (particularmente da força de trabalho imaterial) dão ao trabalho a possibilidade de se valorizarem. Cérebros e corpos ainda precisam de outros para produzir valor, mas os outros de que eles necessitam não são fornecidos obrigatoriamente pelo capital e por sua capacidade de orquestrar a produção. A produtividade, a riqueza e a criação de superávites sociais hoje em dia tomam a forma de interatividade cooperativa mediante redes lingüísticas, de comunicação e afetivas. Na expressão de suas próprias energias criativas, o trabalho imaterial parece, dessa forma, fornecer o potencial de um tipo de comunismo espontâneo e elementar" (Hardt e Negri, 2001, p. 315).

Eis, pois, aonde chegam, a partir da noção de trabalho imaterial. Em primeiro lugar, concluem que a subsunção do trabalho ao capital tornou-se puramente externa ao processo de trabalho e, em conseqüência, arbitrária. Inferem daí que não subsiste a distinção entre capital constante e capital variável na pós-grande indústria, mesmo se os trabalhadores continuam vendendo a sua força de trabalho para os capitalistas, o que, nos termos de Marx, caracteriza a subsunção formal do trabalho ao capital. Como o trabalho coletivo tornou-se para eles "comunicativo, afetivo e imaterial" e, assim, cooperativo em si e por si mesmo, deduzem também que a produção enquanto tal tornou-se potencialmente comunista, mesmo se o modo de produção ainda continua sendo capitalista. Tudo isso precisa ser examinado com cuidado.

Nem aquém nem além

Para tratar de um modo rigoroso das questões que preocupam Hardt e Negri – e eles discutem efetivamente questões da maior importância para a compreensão do capitalismo avançado – é preciso retornar aos conceitos de subsunção formal inerente à manufatura e de subsunção real característico da grande indústria, ambos apresentados por Marx em *O Capital* (Marx, 1983). Em particular, é necessário dedicar maior atenção ao conceito de "intelecto geral" discutido no *Borrador* (Fausto, 2002, p. 110-151, Rosdolsky, 2001, p. 345-361). Finalmente, é requerido um esforço de compreensão da subsunção do trabalho ao capital na pós-grande indústria.

Em *O Capital*, como é sabido, Marx apresenta explicitamente dois momentos lógicos do modo de produção capitalista: a manufatura e a grande indústria. No plano da história, a manufatura predomina, grosso modo, de meados do século XVI até o último terço do século XVIII. A partir de então, torna-se dominante a grande indústria. Ainda que não tenha feito qualquer previsão sobre o encerramento do período histórico da grande indústria, Marx anteviu aí – e de modo muito mais explícito no *Borrador* –, a possibilidade lógica de uma mutação do modo de produção, na qual o trabalho deixaria de estar subordinado materialmente ao capital. Hoje, se pode dizer que o período da grande indústria abrange, grosso modo, apenas os primeiros

dois terços do século XX e que, a partir de então, o capitalismo entrou num período de pós-grande indústria em que vem predominar a produção informacional.

A partir de considerações de Ure sobre fábrica automatizada e autocrática do século XIX, em *O Capital*, ele distinguiu uma caracterização correta da aplicação capitalista da maquinaria e uma incorreta, mas que poderia designar um mundo ainda inexistente, mas possível:

"Numa, o trabalhador coletivo combinado ou corpo social de trabalho aparece como sujeito transcendental e o autônomo mecânico como objeto; na outra, o próprio autômato é o sujeito e os operários são apenas [seus] órgãos conscientes coordenados e subordinados ... " (Marx, 1983b, p. 40).

Em conseqüência, seguindo a interpretação de Ruy Fausto, faz-se aqui distinção explícita entre três formas de subsunção do trabalho ao capital, as quais mantêm entre si relações de gênese lógica, mas que, também, foram se sucedendo na história do capitalismo. O motor desse processo vem a ser a luta constante entre o capital e o trabalho, numa polarização em que o primeiro busca constantemente aumentar a taxa de valia absoluta e relativa e o segundo, individual e coletivamente, procura resistir à exploração. Sob o impulso do movimento de autovalorização do capital, por intermédio da concorrência entre capitais particulares, é pela via da penetração da ciência e da tecnologia nos processos de produção que se definem as transformações e a trajetória histórica do modo de produção.

Na manufatura, a subsunção do trabalho ao capital é apenas formal. Ela ocorre, então, de um modo formalmente voluntário, já que o trabalhador, para poder subsistir, tem de optar por depender economicamente do capitalista. As formas de subsunção anteriores, como a escravidão e a servidão, eram involuntárias, pois estavam baseadas em relações de estratificação social, diretamente políticas. Agora ela se torna, ademais, basicamente econômica, porque o trabalhador cai nessa condição porque precisa vender a sua força de trabalho ao dono das condições de trabalho, ou seja, ao capitalista.

Na manufatura, o processo de trabalho, ainda que semelhante às práticas produtivas preexistentes, torna-se subordinado ao processo de autovalorização. As atividades laborais dos trabalhadores em conjunto – ou seja, a cooperação entre eles – passam a ser coordenadas pelo capitalista que assume as funções de dirigente e condutor do processo de produção. O próprio trabalho, ainda que cada vez mais parcelado pela divisão das tarefas nas oficinas manufatureiras, guarda uma característica fundamental do trabalho artesanal, pois requer o empenho da subjetividade do trabalhador durante a atividade produtiva. *"A execução – diz Marx – continua artesanal e, portanto dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento"* (Marx, 1983a, p. 269). Na manufatura, a divisão do trabalho encontra-se regida pelo princípio subjetivo segundo o qual o processo de trabalho tem de estar adaptado ao trabalhador. É este, pois, que detêm os saberes tecnológicos mobilizados na produção, os quais pertencem ainda ao seu mundo da vida social e cultural. Enquanto este princípio vigora, ele dificulta ou impede a entrada dos conhecimentos científicos nos processos produtivos, que são gerados agora, cada vez mais, autonomamente.

Na grande indústria, a subsunção do trabalho ao capital torna-se, além de formal, material. Se, no modo de produção anterior, o processo de trabalho era ainda artesanal, dependente do mundo da vida do trabalhador, agora ele é transformado em sua natureza para se conformar às necessidades objetivas do processo de valorização do capital. O aparecimento das máquinas ferramentas rouba do trabalhador o controle do processo de trabalho. A divisão de trabalho deixa de estar governada pelo princípio subjetivo para passar a ser regida por uma lógica objetiva inerente ao próprio sistema de produção baseado em máquinas. Antes, o trabalhador empregava os instrumentos de trabalho, agora ele é empregado pelos meios de trabalho. A produtividade cresce rapidamente. A produção passa a se dar em grande escala; as forças produtivas atingem alto grau de socialização; a produção pela produção torna-se condição necessária do prosseguimento da produção.

Para Marx, a subsunção do trabalho ao capital, sendo formal e material, é também real. Ela se reproduz por meio de um contínuo revolucionamento dos processos de trabalho com base na adoção e difusão de inovações tecnológicas poupadoras de trabalho, principalmente. Essas inovações permitem a redução dos preços e a extração de mais-valia relativa. O próprio modo de produção torna-se adequado ao capital, configurando-se como especificamente capitalista. O processo produtivo fica cada vez mais moldado pela aplicação consciente dos conhecimentos científicos. Estes últimos são apropriados pelo capital e aplicados na construção de sistemas automatizados, compostos por muitas máquinas coordenadas, que funcionam sob a administração do capitalista. Os trabalhadores são separados da tecnologia e rebaixados, tornando-se meros elementos conscientes de autômatos inconscientes, os quais têm vida própria porque estão animados pelo processo de autovalorização. Eles se transformam, nas palavras de Marx, em apêndices das máquinas, do sistema de produção. As máquinas e as fábricas, por sua vez, guardam em seus potentes corpos a alma vampírica do capital.

A caracterização da pós-grande indústria depende de uma interpretação de parte do *Borrador*, os quais foram escritos em 1857-1858, mais de cem anos antes que surgisse a realidade histórica que lhe corresponde. Dados os objetivos do presente artigo, não se poderá fazer aqui uma leitura aderente ao texto original, condizente com os seus passos e obediente aos seus termos. Diferentemente, é preciso combinar uma leitura conceitual, intencionalmente fiel aos escritos de Marx, com uma apresentação atualizada dos seus conteúdos, com base no material histórico mais recente. O que se segue mantém-se dentro desse espírito, sem questionar como o faz Ruy Fausto um certo otimismo de Marx⁵. As questões aqui discutidas são conceituais e não requererem qualquer alteração da perspectiva original desse autor.

Na pós-grande indústria, o grau de aplicação da ciência na produção e na organização da produção desenvolveu-se tanto que o trabalho posto à serviço das máquinas tende a desaparecer; agora, ele se transforma e se torna trabalho de supervisão. Conforme Marx, com o desenvolvimento das forças produtivas na grande indústria chega um momento em que a criação da riqueza deixa de depender fortemente do tempo de trabalho para resultar principalmente da ação dos conhecimentos científicos que são mobilizados durante o tempo de trabalho. Isto muda

⁵ Diz Fausto: "*se é verdade que Marx não afirma que com a pós-grande indústria (e antes da revolução) possa haver verdadeira libertação, ele supõe nesse estágio o fim da subordinação material do trabalho ao capital. Entretanto, poder-se-ia perfeitamente dizer que com as novas máquinas não desaparece a subordinação material (...) Diria que pode haver uma espécie de subordinação intelectual (ou espiritual) do trabalho ao capital.*" (Fausto, 2002, p. 136)

o caracter do trabalho. Nas palavras do *Borrador*, "*o trabalho não aparece mais até o ponto de estar incluído no processo de produção, mas o homem se relaciona antes como guardião e regulador do próprio processo de produção*" (apud Fausto, 2002, p. 130).

Na grande indústria, como se viu, o trabalho perde a sua matriz subjetiva e a máquina incorpora a ciência e a tecnologia em sua estrutura – no dizer de Marx, o capital se apropria da ciência e cria autômatos. Já na pós-grande indústria, o domínio dos processos naturais e artificiais que a ciência possibilita estão agora incorporados em algoritmos ou programas de computador, que são instalados dentro ou ao lado do corpo das máquinas. Assim, as máquinas e os sistemas constituídos por máquinas tornam-se inteligentes. Em consequência da própria natureza do processo produtivo que vai se livrando, pouco a pouco, dos trabalhadores, o trabalho que o vigia – sem com ele se imiscuir –, volta a ganhar um momento subjetivo. Pois, passa a pôr em prática no tempo de trabalho conhecimentos que são adquiridos fora do tempo de trabalho. Esses conhecimentos que se encontram em parte dentro das cabeças dos trabalhadores e em parte nas próprias máquinas são distribuições descentralizadas de um todo altamente complexo de saberes científicos, tecnológicos e produtivos que Marx chama de intelecto geral.

Com a pós-grande indústria desaparece a subsunção material, mas tem continuidade a subsunção formal do trabalho ao capital: o trabalhador vende ainda a sua força de trabalho para o capitalista que dela retira trabalho (o valor de uso da força de trabalho), o qual agora tem o caráter de um tempo qualitativamente diferenciado.

Aquém e Além: Confrontos

Hardt e Negri tratam o trabalho na pós-grande indústria como comunicativo, afetivo e expressivo, determinações concretas que são enfeixadas na noção de trabalho imaterial. A essa noção ainda, como se viu, encontra-se associada a idéia de que a cooperação tornou-se imanente ao processo de trabalho e que, portanto, a dominação capitalista tornou-se totalmente externa e arbitrária em relação à produção. Para eles, a cooperação no trabalho "*não é mais imposta ou organizada de fora*", tal como ocorria na manufatura e na grande indústria. Ora, admitindo que a subsunção do trabalho ao capital na pós-grande indústria tenha se tornado apenas formal – o que está de acordo com as concepções de Marx no *Borrador* –, a questão é saber se isto é consistente com as conclusões mencionadas dos dois autores aqui discutidas.

Eis que a subsunção formal, ou seja, a forma de subordinação que nasce do fato de que os trabalhadores vendem sua força de trabalho para os representantes do capital por não deterem a propriedade dos meios de produção, caracteriza o capitalismo como um todo. É, nas palavras de Marx, a forma geral de todo processo capitalista de produção. Em consequência, o processo de trabalho é organizado, conduzido e dirigido pelos representantes do capital, com o objetivo de transformar o dinheiro aplicado no processo de produção em mais dinheiro. Logo, a idéia de que a cooperação no trabalho "*não é mais imposta ou organizada de fora*" equívale, no quadro teórico do "marxismo" de Marx, à negação do próprio modo de produção capitalista. Por capitalismo, diferentemente do autor de *O Capital*, Hardt e Negri entendem uma forma de subordinação da classe dos trabalhadores à classe dos capitalistas que chamam de biopolítica. Essa subordinação – ou sociedade do controle – caracteriza-se por envolver todos os aspectos da produção e da reprodução da vida, para além das determinações econômicas.

"O poder só pode adquirir comando efetivo sobre a vida total da população quando se torna função integral, vital, que todos os indivíduos abraçam e reativam por sua própria vontade. Como disse Foucault, 'a vida agora se tornou objeto de poder'. A função mais elevada desse poder é envolver a vida totalmente, e sua tarefa primordial é administrá-la. O biopoder, portanto, se refere a uma situação na qual o que está diretamente em jogo no poder e a produção e a reprodução da própria vida" (Hardt e Negri, 2001, p. 43).

O conceito de biopolítico pode ser visto como uma extensão do conceito de intelecto geral que se fez necessária para pensar a subordinação como um todo do corpo de trabalho social à organização do capital, a qual também chamam de capital social e de biopoder. Julgando que o conceito de intelecto geral acentua apenas os aspectos intelectuais e comunicativos da atividade produtiva, criativa e criadora, da sociedade como um todo (que denominam também de multidão), eles passam ao conceito de biopolítico, incluindo aí, além dos anteriores, os aspectos da *"produtividade dos corpos e o valor dos afetos"*.

Viu-se, anteriormente, que a ciência e a tecnologia na pós-grande indústria, enquanto potências dominadoras da natureza, tornam-se potências objetivadas nas unidades de produção baseadas ainda, essencialmente, em máquinas. As considerações de Marx no *Borrador* sobre esse aspecto são percucientes e devem ser comparadas com as Hardt e Negri.

"O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social universal, knowledge, se tornou força produtiva imediata e por isso as condições do processo social de vida e ele próprio caíram sob o controle do general intellect e são criados conforme a ele. [Indica] em que grau as forças produtivas sociais são produzidas não só na forma da ciência, mas como órgãos imediatos da praxis social, do processo de vida real" (apud, Fausto, 2002, p. 134).

A interpretação desse trecho é crucial para o desenvolvimento deste artigo. O sistema de máquina na pós-grande indústria torna-se inteligente pelo fato de que passa a embutir em si mesmo a compreensão científica da natureza, ou seja, o intelecto geral, tornando-se de certo modo por si mesmo. O autômato produtivo deixa de ser, propriamente, um objeto artificial, matéria meramente transformada pelo homem, para se transformarem em um objeto intelectual. Nas palavras de Fausto, *"é o logos – mas logos da natureza assimilado pelo intelecto – que é posto no processo de produção"* (Fausto, 2002, p. 134). Disso resulta uma consequência importante obtida pelo próprio Fausto:

"Com isto, a ruptura entre trabalho vivo e trabalho morto é relativizada, a máquina passa a ser uma espécie de força de trabalho (intelectual), no sentido de que ela não necessita mais (quase) nenhum trabalho para ser vivificada. O autômato é agora autômato espiritual, não simplesmente autômato 'vivo'. Passa-se do conceito de vida, ou da vida como conceito (cf. a Lógica de Hegel), ao conceito de espírito" (Fausto, 2002, p. 134).

Nesse último texto diz-se que o trabalho morto e o trabalho vivo tornam-se até certo ponto indistintos no período da pós-grande indústria, porque ambos são agora portadores do intelecto

geral que se tornou uma força ativa no processo de produção. Ora, no trecho de Hardt e Negri anteriormente citado, eles dizem algo bem diferente, ou seja, que não se pode mais fazer distinção entre capital variável e capital constante, porque a criação de valor seria obra exclusiva do poder cooperativo da força de trabalho, independentemente do capital. Ocorre que o termo capital variável designa a força de trabalho, que fora já comprada pelo capitalista, enquanto forma, ou seja, enquanto umas das formas básicas do capital produtivo à disposição do processo de produção capitalista. Igualmente, o termo capital constante designa os meios de produção, não em si mesmos, mas somente também enquanto forma, ou seja, enquanto a outra forma do capital produtivo, antitética à primeira. A força de trabalho, ao contrário do que pensam Hardt e Negri, não gera valor enquanto força de trabalho, mas apenas enquanto forma do capital. Segundo Marx, o capitalista organiza a produção porque comprou o uso da força de trabalho e, assim, transformou-a em capital variável; segundo Hardt e Negri, ocorre o contrário, ou seja, o capital é variável porque o capitalista organiza a produção. Ora, independentemente da relação social de capital, aquém e além do capitalismo, a força de trabalho só pode gerar valores de uso. Dito de outro modo, esses dois autores atribuem capacidade de produção de valor à força de trabalho independentemente de suas determinações formais. Isto mostra novamente o caráter fetichista das suas concepções.

É certo que a produção da riqueza, nessas novas condições, passa para Marx a depender da ciência e da tecnologia mobilizada durante o tempo de trabalho:

"À medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva torna-se menos dependente do tempo de trabalho e do quantum de trabalho utilizado, do que da força dos agentes que são postos em movimento durante o tempo de trabalho, os quais, eles próprios – sua poderosa efetividade por sua vez não tem mais relação alguma como o tempo de trabalho imediato que custa a sua produção, mas [a criação de riqueza efetiva] depende antes da situação geral da ciência, do progresso da tecnologia, ou da utilização da ciência e da técnica.(...) O roubo de tempo de trabalho alheio sobre o qual repousa a riqueza atual aparece como base miserável diante dessa base que se desenvolve pela primeira vez criada pela própria grande indústria. Logo que o trabalho em forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa e deve deixar de ser a sua medida e por isso o valor de troca [deve deixar de ser a medida] do valor de uso" (apud, Fausto, 2002, p. 129).

É, pois, o próprio Marx quem diz que, com o desenvolvimento da maquinaria, chegará um tempo em que o próprio valor se tornará socialmente inadequado como medida da riqueza. Entretanto, enquanto o modo de produção for capitalista, continua sendo verdadeiro que vem a ser o trabalho vivo que acrescenta um novo valor – valor este que continua sendo determinado *grosso modo* pelo tempo de trabalho –, ao valor dos meios de produção, e que é ele que transfere o valor destes meios de produção para o valor da mercadoria produzida, ou seja, que o conserva. Mas não se trata aqui, mais uma vez, do trabalho vivo em geral, mas do trabalho vivo enquanto efetivação da força de trabalho que, em razão da persistência histórica da propriedade privada dos meios de produção, é ela mesma obrigada a assumir a forma de capital variável.

Enquanto persiste a produção capitalista, o quantum de tempo de trabalho socialmente necessário determina o valor (ainda que seja como regra desregrada), de tal modo que a lei do

valor e dos preços de produção continua subjacente à formação dos preços de mercado. Na pós-grande indústria, entretanto, não pode haver mais tendência à equalização das taxas de lucro entre as esferas da produção, já que a repartição da massa global de mais-valia entre essas esferas não se dá mais em condições de concorrência entre os capitais. Pois, uma das condições para que a concorrência possa gerar uma taxa geral de lucro é que os valores de uso produzidos por vários capitais expressem o tempo de trabalho necessário para produzi-los. Como essa condição não se encontra mais satisfeita, os preços de produção se tornam distorcidos. Eis que isto ocorre porque os capitais particulares se apropriam privadamente do intelecto geral, de modo verdadeiro ou fictício, com vistas à obtenção de poder de monopólio e superlucros⁶. A desproporção qualitativa entre o tempo de trabalho de produção e a riqueza produzida – faz com que o valor de troca se torne inadequado como medida do valor de uso. Ora, essa inadequação põe a necessidade histórica da negação do próprio valor e da produção baseada no valor, ou seja, a possibilidade do advento do socialismo.

O comentário crítico sobre o livro *Império*, pois, não ficaria completo sem um exame do conceito de sociedade do controle. Para tanto, é necessário ainda fazer referência às formas do capital produtivo na manufatura, na grande indústria e na pós-grande indústria.

Na manufatura, o trabalhador coletivo ou órgão coletivo de trabalho é a forma privilegiada de existência do capital produtivo. Em conseqüência, o fetichismo se manifesta seja quando esse órgão é tomado como capital seja quando a força produtiva do trabalho organizada pelo capitalista – por meio da cooperação e da divisão do trabalho – aparece como força produtiva do capital. Na grande indústria, a forma por excelência do capital enquanto agente que domina vem a ser o sistema de máquinas e o fetichismo consiste em tomá-los diretamente como capital ou em considerá-los produtivos enquanto tais.

No que se refere à compreensão dessa questão, na pós-grande indústria surge uma dificuldade conceitual específica. Se na grande indústria a matéria privilegiada do capital – e o capital, note-se, só existe por meio de suas formas – apresenta-se principalmente como matéria natural transformada pelo trabalho em meios de produção, na pós-grande indústria, aquilo que ocupa a mesma posição e que vem a ser a matéria por excelência do capital apresenta-se como algo que tem natureza intelectual. Dizendo de outro modo, a forma privilegiada do capital na pós-grande indústria é o intelecto geral. O fetiche – ou sua reversão convencionalista – faz então a sua aparição, por exemplo, na expressão "capital intelectual", na atribuição de capacidade produtiva de valor ao próprio intelecto geral ou ainda na consideração do trabalho técnico e científico como produtivo, independentemente da forma social que assume a força de trabalho.

Mas é preciso notar, por isso, que o próprio capital enfrenta aqui uma dificuldade. O intelecto geral é espírito objetivo, desenvolve-se de modo relativamente autônomo fora do tempo de trabalho e não vem a ser perfeitamente apropriável de modo privado. Ademais, a atuação da força de trabalho, tal como na manufatura, passa a depender da própria subjetividade do

⁶ Nas condições do capitalismo da pós-grande indústria pode ser dito, pois, que há uma tendência para a invalidação da norma ou lei interna que regula a formação dos preços de mercado, já que se observa um afastamento persistente em relação às condições de concorrência: a organização da produção se torna generalizadamente monopolista. Nessas circunstâncias, as empresas buscam garantir lucros e superlucros com base na diferenciação de produtos, controle de mercados por meio de patentes, marcas, imagem, etc. de modo generalizado.

trabalhador, justamente por ser agora trabalho informado pelo conhecimento técnico e científico. Isto dá ao trabalhador uma condição de sujeito no processo de trabalho, ainda que não lhe garanta a mesma condição no processo de produção como um todo. Há, pois, uma inadequação entre o capital como forma e os seus conteúdos materiais, a saber, os conhecimentos científicos e tecnológicos que movem a produção de mercadorias na pós-grande indústria. A dominação do capital, justamente por ter perdido a sua base material anterior, precisa agora se basear, como nunca, em adesão ideológica e compromisso político. Os capitais – assim como as suas formas de existência concretas, as empresas – precisam agora, por exemplo, parecer democráticos.

Ao aderir à concepção de sociedade de controle de Foucault, Hardt e Negri passam a considerar o capitalismo não mais como um modo de produção caracterizado pelas formas de subsunção do trabalho ao capital, mas como meio de dominação política e de exercício de poder que precisa controlar a produção e reprodução da vida como um todo, exatamente porque quer controlar, em última análise, a produção, a produtividade da força de trabalho social e o trabalho técnico e científico, afetivo, comunicativo, etc. Por isso, de um modo característico, eles redefinem a exploração como centralização, extração e expropriação política dos produtos da cooperação social. Em adição, redefinem também o conceito de subsunção real como subordinação da sociedade à organização do capital e ao estado capitalista. Para eles, o corpo de trabalho social produz valor e capital, sem ser forma do capital. O intelecto geral presente nas máquinas inteligentes, nas redes de comunicação e nos sistemas de comunicação figura aí diretamente como modo de existência do capital – e não como forma por excelência do capital. Onde se vê que a concepção de sociedade de controle está também enraizada em fetichismo.

Como "*essas concepções de sociedade de controle e do biopoder descrevem aspectos centrais do conceito de Império*" (Hardt e Negri, 2001, p. 44), todos os mil platôs do livro *Império* ficam bem abalados, pelo menos frente ao espelho do "marxismo" de Marx em que Hardt e Negri querem ainda se enxergar.

Referências Bibliográficas

- Fausto, R., *Marx: Lógica e Política - Investigações para uma reconstrução do sentido da dialética*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- Habermas, J., *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- Hegel, F., *Enciclopedia de las Ciencias Filosóficas: Lógica*. Mexico: Juan Pablos, 1974.
- Hardt, M. e A. Negri, *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- Hardt, M. e A. Negri, *Labor of Dionysus - A Critique of the State-Form*. Minneapolis: Minnesota Press, 1994.
- Marx, K., *O capital – livro I, capítulo VI (Inédito)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- Marx, K., *O capital – Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, vol. I, tomo 1 (a) e tomo 2 (b).
- Negri, A., *A Anomalia Selvagem - Poder e Potência em Spinoza*. São Paulo: Editora 34, 1993.
- Negri, A., Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p. 149-180.
- Offe, C., Trabalho: a categoria sociológica chave? In: *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- Rosdolsky, R., *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. São Paulo: EDUERJ: Contraponto, 2001.